

**Editorial****SINDICATO FORTE,  
AUTÔNOMO  
E DE LUTA**

O Congresso do Sinpojud acontece num momento importante da vida política nacional, estágio decisivo para os trabalhadores do Judiciário brasileiro. A criação do CNJ, a centralização da política de gestão, as novas tecnologias e a reorganização do trabalho, combinadas com a precarização, o adoecimento, e o crescimento da judicialização, compõem um cenário de enormes desafios para a categoria.

Este período, sem sombra de dúvidas, evidencia um processo rico e complexo no sindicalismo do serviço público, onde embora reconheçamos os avanços importantes que o Brasil e a Bahia vivem nada nos impede de fazer a justa crítica e impulsionar as lutas por mais conquistas sociais e trabalhistas.

Nosso papel enquanto dirigentes e militantes do sindicalismo classista exige posicionamento firme e decisivo no fortalecimento da nossa organização, sobretudo na ampliação da nossa influência perante os trabalhadores.

Não podemos admitir que visões aparelhistas e oportunistas se fortaleçam. Entendemos que devemos apostar no caminho consequente para o movimento. E para o bem da coletividade, isso só é possível com muita luta e unidade da categoria.

Aprovar a PEC-190 e o estatuto nacional, exercer protagonismo nos grandes debates relativos ao Judiciário, sua democratização e o fortalecimento da nossa organização são tarefas imperativas para a consolidação do nosso projeto.

São muitos os desafios impostos para que possamos avançar a nossa organização, sobretudo no enraizamento da nossa interlocução junto aos trabalhadores, principal força motriz no processo de mudanças e desenvolvimento da nação.

Portanto é necessário que o sindicalismo atue no serviço público lutando pela valorização do trabalhador. Esta bandeira está em consonância com o projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho defendido com ênfase pela CTB na Agenda da Classe Trabalhadora.

**PELA  
VALORIZAÇÃO  
DA CLASSE  
TRABALHADORA****LUTA PELA APROVAÇÃO DA PEC 190****PÁGINA 4****CTB COMPLETA 4 ANOS****PÁGINA 3**

# PEC 190/07: FORÇA PROPULSORA E AGLUTINADORA DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO



Marcos Verlaine\*

Apresentada em 2007 à Câmara dos Deputados, pelo então deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) e deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 190, acrescenta o artigo 93-A à Constituição para que lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), disponha sobre o estatuto dos servidores do Judiciário. A proposta aguarda votação, em primeiro turno, no plenário da Câmara.

A Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados), com os seus sindicatos filiados, empreendem esforços no Congresso, a fim de incluí-la na pauta para votação e aprovação.

A PEC 190/07 é uma conquista dos servidores porque teve a capacidade de explicitar os problemas e as mazelas do Poder Judiciário nas relações de trabalho com a categoria em nível nacional. E também apontou as possibilidades e alternativas para superação desses problemas.

A proposta nasceu da necessidade de democratizar e tornar mais humanas as relações de trabalho no Poder Judiciário brasileiro. Estudo elaborado por grupo de trabalho (GT) criado pela Fenajud formulou diagnóstico, com cinco eixos estruturantes e diretrizes para o debate em torno da PEC, cuja primeira consequência deverá ser a formulação de uma proposta de estatuto dos trabalhadores do Judiciário brasileiro, a ser elaborada pelo STF.

## DIAGNÓSTICOS

O primeiro diagnóstico, segundo o GT, “diz respeito ao caráter da Justiça como serviço público, na relação com seu destinatário final, a população. Entre a concepção de Judiciário como serviço público e a de Judiciário com poder do Estado, via de regra, a última tem prevalecido”. O que, claro, afeta a prestação dos serviços, sobretudo àqueles que mais necessitam e, conseqüentemente, aponta o Judiciário umas das instituições mais mal avaliadas pela população.

O segundo, diz respeito à questão da democracia no Judiciário. “A gestão do Judiciário permanece centralizada em uma pequena parcela de desembargadores, e uns poucos burocratas de escalões intermediários de poder, que se arvoram à condição de administradores dos recursos orçamentários e das prioridades do judiciário”, destaca o trabalho do GT.

O terceiro aspecto estruturante tem relação “com a forma de acesso aos cargos e funções públicas, e se relaciona com a questão salarial, especialmente porque, cada vez mais, grandes parcelas do orçamento são consumidas em relações laborais que fogem ao controle público do concurso, dirigidas às contratações diretas via comissionamento, terceirização, cessões e estágios remunerados”.

“O quarto está relacionado à perda da saúde dos trabalhadores, fenômeno que ganhou dimensão nacional, e que se relaciona em parte ainda com condições materiais de trabalho, mas que em geral está associada às relações sociais de trabalho emergentes da estrutura verticalizada de poder e controle de trabalho”.

O quinto diz respeito à política remuneratória, que é “caracterizada por um conjunto de disparidades, dentre as quais, as principais dizem respeito às diferenciações entre o judiciário ligado à União e os judiciários ditos estaduais, às desiguais participações no orçamento de servidores togados e não togados e às distinções entre as remunerações dos fóruns e dos tribunais”.

\*Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap. Atuou na assessoria da Fenajud para aprovação da PEC 190/07 na Câmara dos Deputados

## FALA CONSEJUD

V CONSEJUD 26 a 29 de Julho

Hotel Pestana com o tema:

“O Judiciário do Presente e do Futuro”



“O encontro marcará uma nova etapa na vida do trabalhador do Poder Judiciário. É um momento de reflexão, de troca de experiências e ideias que contribuem para o aumento da conscientização e do respeito ao nosso trabalho.”

**Edilene Vinhas** - Delegada Sindical de Mata de São João



“No curso do desenvolvimento do país devemos pautar com ênfase a necessidade de um projeto que enfrente o problema da precarização dos serviços públicos, sobretudo reafirmando uma política que valorize os trabalhadores e trabalhadoras públicos, melhorando a sua qualidade de vida.”

**João Paulo Ribeiro** - Secretário dos Serviços Públicos e do Trabalhador Público



“A realização do Congresso é de fundamental importância, é a oportunidade de discutir e ouvir palestrantes, companheiros e companheiras sobre o momento que os servidores do Judiciário estão vivendo.”

**Libania Torres** - Secretária do Conselho de representantes do Sinpojud

“O futuro se faz andando para frente, mas se compreende olhando para trás. Espero que o Consejud sirva de fato para que façamos um balanço das nossas batalhas e que saíamos deste fórum de debates, com o espírito renovado para enfrentarmos com unidade os desafios que ainda temos pela frente.”

**Maurício Souza** - Técnico Judiciário da Comarca de Alagoinhas

# CTB BAHIA EM DEFESA DO SINDICALISMO CLASSISTA

São quatro anos de trajetória que reservaram a ela um lugar de destaque na história de protagonismo da classe trabalhadora. Um papel central na luta por melhores condições de trabalho e conquistas para os mais variados segmentos laborais. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), seção Bahia, nasceu com o desafio e a função de unificar homens e mulheres que vendem sua força de trabalho nas batalhas contra a exploração capitalista e com o objetivo fundamental de organizar, representar e dirigir a luta na cidade e no campo, na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Nesta história de luta, conquistou direitos, buscou melhores condições de trabalho e de salários, continua lutando pela redução da jornada de trabalho, pelos direitos humanos, pela democracia, pela igualdade e por justiça. Também tem lutado de forma incessante na defesa de um país com mais emprego, menos juros, desenvolvimento e na defesa de um crescimento com sustentabilidade.

A Central nasceu como uma central sindical classista, unitária,



democrática, plural, de luta e de massas, compromissada com os seguintes princípios e objetivos: a busca da mais ampla unidade, de democracia representativa e participativa; de independência classista, defendendo a liberdade e autonomia sindical; promovendo os valores da solidariedade de classe, em âmbito local, nacional e internacional; baseada por princípios éticos; combate a discrimina-

ção; emancipação das mulheres e dos negros; do socialismo; na defesa dos direitos sociais frente aos ataques do capitalismo contra a classe trabalhadora.

A CTB Bahia vem lutando em todo o Estado da Bahia pela garantia do direito irrestrito de greve, contra as práticas antissindiais e por mais investimentos em saúde e segurança no trabalho.

A Central veio preencher a lacuna que estava faltando no sindicalismo baiano, na defesa de ações que visem, efetivamente, a conquista de melhores condições de vida e trabalho para todos. A ação da CTB contribuiu para elevar o nível de consciência social, cultural e formação política e sindical dos trabalhadores e trabalhadoras.

Já são mais de 300 sindicatos filiados e sob nossa influência, evidenciando o que a luta empreendida já confirma - a identificação do trabalhador com a Central. O grito de guerra só ratifica a força dessa jovem Central: "CTB, a luta é pra valer!" Isso é apenas o começo de uma trajetória que já deu certo e que ainda vai trilhar o caminho da luta almejando e garantindo muitas conquistas para os trabalhadores (as) brasileiros.



# ENTIDADES LUTAM PELA APROVAÇÃO DA PEC

A PEC 190/07 deu visibilidade à Fenajud e seus sindicatos, que a partir do debate mais efetivo da matéria na Câmara dos Deputados projetou as demandas dos servidores do Poder Judiciário nos estados, cuja consequência foi o fortalecimento da Federação e suas lideranças, com a filiação de mais uma de uma dezena de sindicatos.

O trabalho realizado até então, em que pese a proposta ainda não ter sido votada, teve efeitos e consequências positivas, sobretudo para os sindicatos, que a partir desse debate tem procurado levar a cabo a materialização da solução das demandas da categoria nos estados.

Nesse contexto, é importante destacar o trabalho empreendido pela diretoria da Fenajud entre 2010 e 2011, tendo à frente sua ex-presidente, Maria José (Zezé), atual diretora de Finanças da Federação, que também é



Representantes dos trabalhadores pressionam Congresso pela votação da PEC 190/07

presidente do Sinpojud, um dos sindicatos que mais trabalhou em prol da aprovação da PEC na Câmara.

É importante também destacar o papel de um conjunto de lideranças que muito tem contribuído com o debate em torno da PEC. Volnei Rosalen, do Sinjusc, secretário geral da Fenajud e um dos formuladores mais atentos às demandas dos servidores

do Poder Judiciário. Ednor Gonzaga, presidente do Serjal e diretor da Fenajud, que junto com João Ramalho, presidente do Sinjep e também diretor da Federação se projetaram nacionalmente no debate pela aprovação da PEC. Há que se ressaltar ainda o papel da categoria que não mediu esforços nos debates realizados em todo país para discutir a proposta.

## MUDAR O JUDICIÁRIO PARA FAZER AVANÇAR O PAÍS

Volnei Rosalen \*

Há meses o judiciário foi colocado na berlinda, e tornou-se presença permanente nas pautas da grande imprensa do país. Mas o que significa esta berlinda? Que interesses se movem por trás do que é visível pela mídia? O que os trabalhadores e o povo têm a dizer, visto que estão excluídos do debate.

Sob a consigna da modernização o Judiciário brasileiro inclina-se para o conservadorismo. Informatizado, reestruturado, menos democrático, e mais centralizado. As novas tecnologias e a reestruturação produtiva se por um lado sintetizam o processo de transformações do trabalho, por outro, molda os serviços de Justiça sobre relações sociais que reproduzem o predomínio dos interesses do capital e afastam os trabalhadores do Judiciário do restante da classe trabalhadora. De outra parte banaliza a função judiciária, e transforma os trabalhadores, com toga ou não, em meros cumpridores de expedientes dos quais é exigido não refletirem e não questionarem.

Para os trabalhadores sobram precarização, adoecimento e silêncio. Nunca se discutiu tanto e nunca se desconsiderou tanto a opinião dos que trabalham. Poucas vozes, exceto as de alguns sindicatos e de suas bases, tem se insurgido contra a nova moldagem dada ao Judiciário. Ao passo que o mesmo ganha proeminência ao decidir sobre grandes temas políticos do país, como fidelidade partidária, células-tronco, união homo-afetiva, etc., ou sobre a existência ou não do “mensalão”. Em outros países da América Latina, chegou-se até mesmo ao papel de destinar “institucionalidade democrática” a golpes contra governos eleitos, como ocorreu em Honduras e no Paraguai.

A história se move. Sem a participação da classe, e deixadas ao sabor da mídia, as mudanças no Judiciário tendem a torná-lo ainda mais dócil aos interesses do capital e de sua representação na grande mídia, como preconizou o Banco Mundial na orientação Documento Técnico 319, ainda vigente nos pla-

nejamentos dos tribunais. Ou seja, uma modernização conservadora. O CNJ parece inserir-se nesse movimento. Se por um lado representou importante avanço, ao abrir a porta do debate sobre o Judiciário, por outro, seu distanciamento em relação à sociedade, combinado com a forma pela qual a mídia atua para moldar a ação das instituições, tende a um papel de conservar a ordem vigente. Ou seja, mudar para deixar tudo como está.

É preciso agir como categoria e também como classe, organizar e lutar por salários dignos e direitos, e ao mesmo tempo ir além do corporativismo e intervir de forma firme e decidida nos grandes debates sobre a democratização do Judiciário. Contestar o reinado absoluto dos tribunais.

Não o faremos sozinhos. Mas como trabalhadores temos grande responsabilidade nessa construção, que deve estar associada a um projeto de nação, centrado na valorização do trabalho e na expansão e universalização dos bens e serviços públicos.

\*Secretário Geral da Fenajud e Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Trabalho Público e Sindicalismo